



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11315 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21/GT 23 - Educação, Gênero, Etnia e Sexualidade

A INTERCULTURALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE: PROPOSTA AFIRMATIVA DA DIVERSIDADE

Wollacy Esquerdo Lima - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Alexandre Adalberto Pereira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

A INTERCULTURALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE: PROPOSTA AFIRMATIVA DA DIVERSIDADE

INTRODUÇÃO

Este resumo, fundamenta-se na diferença como afirmativa para a diversidade no contexto brasileiro. Esta discussão também aprofunda-se nos obstáculos para a aceitação da diversidade sexual diante de heranças do processo de colonização que reverberam no âmbito social, subalternizando corpos LGBTQIA+. É importante ressaltar a luta dos movimentos sociais na busca por seus direitos, por igualdade e aceitação, nesta perspectiva teórica essa luta é definida como interculturalidade crítica, que nasce nas discussões políticas postas em cena pelos movimentos sociais.

Metodologicamente trata-se de ensaio teórico tendo como base de discussão autores que estabelecem relações diversidade sexual, interculturalidade crítica e formação docentes (COPPETTE, 2012; FLEIRI, 1998; JUNQUEIRA, 2013; LOURO, 2000; MISSIATTO, 2021; WALSH, 2009). Nosso objetivo é responder a questões conceituais com a finalidade de contribuir com pesquisa de mestrado em andamento realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, na linha de Educação, Culturas e Diversidades, tendo como marco temporal de 2021 a 2023

DISCUSSÕES

A diferença como afirmativa para a diversidade

O debate sobre a diversidade tem ganhado espaço em diferentes âmbitos sociais. As múltiplas relações sociais tem se constituído temporalmente como um campo fértil para

debates teóricos a partir de movimentos sociais que lutam por seus direitos e pelo reconhecimento de suas identidades.

Para Arroyo (2017) essa busca por direitos e pelo reconhecimento se deu a partir da tomada de consciência política dessas populações, para ele nas sociedades latino-americanas estes grupos sociais se fazem presentes em ações afirmativas nos campos, nas florestas, nas cidades, questionando políticas públicas, resistindo à segregação e exigindo direitos.

São os coletivos sociais, de gênero, etnia, raça, camponeses, quilombolas, trabalhadores empobrecidos que se afirmam de sujeitos de direitos. A tomada de consciência dessas populações mantidas por séculos sem direito a ter direito ao teto, à terra, à saúde, à escola, à igualdade e a cidadania plena se fazem presentes em ações e movimentos, em presenças incômodas que interrogam o Estado, suas políticas agrária, urbana, educacional. (ARROYO, 2017, p.77; grifos nossos)

Essas populações carregam consigo o peso da inferiorização, a opressão dos modelos hegemônicos de dominação que pretendeu produzi-los como subalternos. Para Missiatto (2021) esses grupos tidos como diferentes carregam o peso secular do pecado gerado pela impossibilidade de se adequarem às referências ditadas pelos conjuntos normativos, que constituiu um abismo de desigualdades, formou ilhas de indiferenças e segregou populações em campos de extermínio. Diante disso, pode-se compreender que a diversidade está diretamente ligada a produção de diferenças existentes no contexto social fazendo da modernidade um espaço de produção de identidades subalternas.

Na dimensão cultural, a diversidade fundamenta-se associada aos movimentos sociais, especialmente grupos de caráter identitário, localizados em torno da defesa das “políticas de diferença” definida por Fleuri (2010) como uma oposição contra a binaridade existente na construção cultural hegemônica que oculta a multiplicidade das diferenças e mantém sua invisibilidade. Para Arroyo (2017):

Os diferentes em seus movimentos sociais trazem uma crítica a como as formas inferiorizantes, racistas de conceber os diferentes se articularam em nossa história com as formas de estruturação social, política, dos padrões de poder, de trabalho, de apropriação da terra conhecimento, e do espaço, do conhecimento, da justiça e do Estado e de suas instituições. Inclusive da instituição escolar. ARROYO (2017, p.131)

Esses movimentos sociais lutam em oposição as formas inferiorizantes de concebê-los como diferentes do modelo de estruturas culturais que reproduzem tradicionais processos que transformam os diferentes em desiguais.

Ainda para o autor, essas críticas trazidas por esses movimentos sociais são originadas pela tomada de consciência política dessas populações que estão desde a colonização passando por processos culturais que normatizam conceitos binários na sociedade, como por exemplo macho/fêmea. Concepção essa que inviabiliza diferenças entre as mulheres, na subjetividade, na identificação do gênero, sexualidade, entre outros aspectos. Desse modo, apenas as minorias e povos não ocidentais são alienados de sua cultura e valores, tornando as sociedades ocidentais cegas à diferença, por suprirem a identidade, como

também altamente discriminatórias. (COPPETTE, 2012, p. 138).

Diversidade sexual sob o olhar das diferenças

A diversidade sexual ao longo da história teve sua definição entrelaçada no encobrimento das diferenças na história da humanidade. Missiatto (2021) ressalta que os homossexuais eram destruídos por não refletirem a imagem dos grupos hegemônicos formados por homens, cisheterossexuais, cristãos e nobres. A história da humanidade não permite pensar o oposto até agora, a diversidade sexual desde a invasão cultural na América Latina tem sido silenciada pela masculinidade dominante que despreza a todo custo sujeitos desviantes aos padrões normativos de sexualidade que buscam manter o controle do poder sobre os corpos de pessoas grupo LGBTQIA+.

Essa masculinidade dominante tem transformado estas vidas em identidades desviantes dos padrões heterossexuais, porém esses mecanismos de controle precisam destas identidades para se firmar, segundo Louro (2000):

Precisam da identidade “subjugada” para se firmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e rejeitam. Assim podemos compreender por que as identidades sexuais “alternativas”, mesmo quando excluídas ou negadas permanecem ativas (e necessárias): elas se constituem numa regência para a identidade heterossexual; diante delas e em contraposição a elas a identidade hegemônica se declara e se sustenta (LOURO, 2000, p. 21).

Diante disso, é preciso chamar atenção para “um discurso normativo, por meio do qual alguns indivíduos são normalizados, ao passo que outros são marginalizados e estigmatizados e que precisa ser criticado e desestabilizado” (JUNQUEIRA, 2013, p. 53). Essas atitudes normativas têm sido fortemente intensificadas pelos discursos que carregam valores cristãos, como no Brasil que desde a colonização impôs ideais eurocêtricos carregados de preconceitos e violências.

As inúmeras limitações impostas pelas cosmologias rígidas produziram uma gama extraordinária de violências que refletiam a intolerância dos povos europeus àquilo que lhes escapava ao conjunto de valores que dirigiam suas existências. Suas ações fizeram com que anulassem as realidades que assombravam as estruturas sobre as quais se assentavam, nesse contexto, conclamaram todas as possíveis formas de violência para aniquilar as identidades que mesmo silenciadas contestavam, por sua própria natureza, as estruturas eurocêtricas. (MISSIATTO, 2021, p.34)

Atualmente, são perceptíveis formas de subalternização contra a diversidade sexual na sociedade brasileira, essas diferenças impostas entre o heterossexual e as demais sexualidades tem proliferado diversos preconceitos no âmbito social, como no caso da violência LGBTfóbica que tira a vida de milhares de LGBT's no Brasil todos os anos. Por esse e tantos outros motivos é relevante promover reflexões de cunho social que tenham como objetivo moldar as identidades que se desviam dos padrões cisheterossexuais. Além disso, é de extrema importância olhar para a construção histórica e cultural das diferenças e assim refletir sobre as diversidades na sociedade brasileira.

A interculturalidade crítica como aceitação das diferenças

Os movimentos sociais representados por povos e grupos historicamente excluídos lutam para a construção de sociedades diferentes que problematizam a estrutura-colonial-capitalista que impôs uma ordem social sob outras culturas.

Para Walsh (2009) esses movimentos sociais lutam pela construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e plural. Para a autora essa perspectiva é definida como interculturalidade crítica, essa abordagem surge nas “discussões políticas postas em cena pelos movimentos sociais, faz ressaltar seu sentido contra-hegemônico, sua orientação com relação ao problema estrutural-colonial-capitalista e sua ação de transformação e criação” (WALSH, 2009, p.22).

Coppette (2012) ressalta que a maior finalidade da interculturalidade consiste em auxiliar as pessoas em acessar o universo do outro, ou seja, os valores, a história, a maneira de pensar, viver, entre outros. Diante disso, pode-se entender que a partir dessa abordagem os grupos historicamente excluídos como LGBT's, negros, indígenas entre outros podem reivindicar seus direitos a partir de discussões políticas representadas em movimentos sociais. Ou seja, a abordagem crítica da interculturalidade tem se fundamentado como prática política, que para Walsh (2009):

Se preocupa também com a exclusão, negação e subalternização ontológica e epistêmico-cognitiva dos grupos e sujeitos racializados; com as práticas de desumanização e de subordinação de conhecimentos que privilegiam alguns sobre outros, “naturalizando” a diferença e ocultando as desigualdades que se estruturam e se mantêm em seu interior. Mas, e adicionalmente, se preocupa com os seres de resistência, insurgência e oposição, os que persistem, apesar da desumanização e subordinação. WALSH (2009, p.23).

Partindo dessa concepção, a abordagem defendida por Walsh (2009) demonstra uma perspectiva que tem andado lado a lado com a decolonialidade que juntas visam mostrar como agem esses dispositivos de poder nas relações sociais e ambas tem como estratégia a construção de relações radicalmente distintas daquelas impostas pela lógica estrutural-colonial-capitalista. Para isso é preciso:

Enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial. Uma ordem em que todos fomos, de uma maneira ou de outra, participantes. (WALSH, 2009, p.24).

Para tanto, a perspectiva intercultural afirma que as relações culturais são construídas e estão fortemente entrelaçadas nas relações de poder carregadas de preconceitos, principalmente grupos sociais que fogem das normas do homem branco, europeu, cristão e cisheterossexual, que acabou por legitimar padrões sobre gênero, sexualidade, raça e etnia, entre outras.

Essa perspectiva não desvincula as questões da diferença e da desigualdade que se dão a ver de maneira tensa e conflitiva na atualidade, tanto no âmbito mundial, quanto em cada sociedade em particular daí sua perspectiva crítica focada na descolonialização do saber, do poder, do ser e do viver. E como tal, conclama a elaboração e mobilização de formas de saber, poder, ser e viver que garantam a convivência de todos os seres humanos com a natureza e entre si. (COPPETTE, 2012, p.212).

Apropriar-se de práticas interculturais requer diálogo entre as culturas e a compreensão de vários pontos de vista. No entendimento de Coppette (2012) e Walsh (2009) a interculturalidade crítica objetiva promover a relação entre diferentes grupos, sujeitos e culturas de maneira que entrem em unidade e relação as suas diferenças não sejam anuladas como no processo de colonização, mas que esse processo seja potencializador para o desenvolvimento de cada um. São processos de luta que entrelaçam conceitualmente e proporcionam aos movimentos sociais que representam os grupos historicamente excluídos a coragem para questionar, construir e transformar a partir do diálogo e a unidade entre os diferentes grupos.

Interculturalidade na formação de professores como proposta contra hegemônica

Na educação um dos principais objetivos é a formação de professores, sendo considerada o principal elemento de operação do processo de ensino e aprendizagem, essa formação possibilita aos professores a construção de saberes que os auxiliam a enfrentar uma realidade educacional cheia de desafios.

Fleuri (2003) diz que um dos principais desafios é desenvolver processos educacionais que respeitem as diferenças e integrem estas a uma unidade que não as anule, mas que ativem o potencial criativo de diferentes agentes e seus contextos. Esta é questão chave da Interculturalidade que objetiva o acolhimento e a relação interativa/criativa entre os diferentes grupos, sujeitos e culturas.

Considerar a diversidade numa perspectiva intercultural, tendo em vista os processos de formação de professores e professoras, pressupõe buscar maneiras de estabelecer novos relacionamentos que ultrapassem os limites da cultura local, possibilitando a sua exteriorização e o acesso a outras realidades culturais. (COPPETTE, 2012, p. 209).

Diante disso, os processos de formação de professores na perspectiva intercultural, propõe-se gerar reflexões acerca da realidade marcada pelo processo da colonização, causadora da imposição cultural europeia no Brasil. Walsh (2009) aponta que esse processo trouxe consigo práticas desumanizadoras que “naturalizaram” a diferença e privilegiaram alguns sobre outros. Cabe afirmar, que a abordagem da interculturalidade na formação de professores é uma proposta contra hegemônica por se tratar de uma oposição a ordem existente e estabelecida, causadora da não aceitação das diferenças nos ambientes sociais e educativos.

Coppette (2012) diz que não se pode esquecer que os sujeitos que se formam a partir de contextos culturais determinados, são os que fazem a cultura, todavia por representarem a diversidade que se formou sob a diferença. “A estratégia intercultural consiste antes de tudo em promover a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedades históricas, caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos” (FLEURI, 2001, p,53).

Diante disso, a oferta da discussão da interculturalidade na formação docente é um possibilidade para a aceitação da diversidade sexual nos ambientes escolares, devido sua

capacidade de construir relações capazes de oportunizar segundo Coppette (2012):

Integração e a interação tanto criativa quanto cooperativa, crítica e afetiva entre diferentes sujeitos e diferentes contextos sociais e culturais; esta relação se constitui baseada na troca e na reciprocidade entre pessoas, transpondo a dimensão individual dos sujeitos e envolvendo pertencimentos e identidade. (COPPETTE, 2012, p.213).

Desse modo, esse é um grande desafio no campo conflitivo das relações sócio culturais que refletem na educação. É preciso lutar contra os padrões culturais que fundamentam-se sob a naturalização das diferenças e a desumanização de sexualidades desviantes dos padrões cisheterossexuais. Essa estrutura de poder que se instalou na sociedade reflete nos processos educacionais que vão da escola à universidade, propondo a exclusão de debates sobre a diversidade nestes ambientes como forma de manter sua hegemonia.

A proposta intercultural a partir de movimentos sociais vem junto a discussões políticas que problematiza toda essa estrutura-colonial-capitalista, quando isso se refere a educação, Arroyo (2017) diz é preciso:

Reconhecer que o sistema escolar reproduz, como tantos projetos inclusive reproduzem as formas segregadoras, inferiorizantes de pensar e segregar os coletivos sociais, étnicos, raciais, os trabalhadores como inferiores em capacidades mentais, culturais, morais, porque vistos como primitivos, incultos, irracionais, sem valores. (ARROYO, 2017, p.251)

Portanto, é preciso problematizar toda a estrutura social que se mantém devido ao não reconhecimento de projetos políticos e educacionais que reafirmam subalternizações contra diversos grupos na sociedade, no caso aqui a diversidade sexual. Para isso olhar a educação como um processo emancipatório, é de suma importância para a conscientização dos grupos pela busca de seu reconhecimento e aceitação. Diante disso, Coppette (2012) propõe a educação, sob a perspectiva intercultural como “um indicador de caminhos possíveis, sugerindo outras direções possíveis, que pedem, por conseguinte, outra docência, capaz de construir pontes, outras margens e desvãos. (COPPETTE, 2012, p.212).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse resumo expandido se tratou de um ensaio teórico tendo como base autores centrais no debate sobre a temática da diversidade sexual na formação de professores, intermediada pela interculturalidade como uma proposta contra hegemônica que luta pela aceitação das diversidades na educação, afim de gerar perspectivas libertadoras para o combate da LGBTQIA+fobia na educação básica.

Apontamos preliminarmente que os grupos que compõem a diversidade, especialmente no Brasil enquanto ex-colônia europeia ainda carregam consigo heranças normativas que acabam criando obstáculos para a aceitação da diversidade sexual na sociedade. Reconhecer as lutas por igualdade dos movimentos sociais é um grande desafio nessa esfera permeada por configurações normativas de gênero, sexualidade, raça e entre outros grupos populares que representam as diversidades.

Nesse sentido, entendemos que a interculturalidade crítica alinhada aos estudos decoloniais, conseguem revelar como agem os mecanismos de poder sob a lógica estrutural-colonial-capitalista que geram subalternizações contra as minorias, aqui representadas pelos movimentos sociais.

A essa perspectiva na formação de professores enquanto proposta contra hegemônica oportuniza a aceitação das diferenças, através da interação entre os sujeitos de diferentes contextos e culturas, sem anular suas especificidades, contribuindo, assim, para o reconhecimento dos sujeitos historicamente excluídos como agentes ativos na luta por aceitação, no caso aqui, da diversidade sexual.

Portanto, apontamos a importância de abrir espaços para discussões sobre a interculturalidade nos ambientes formativos e principalmente um olhar sensível aos movimentos sociais que lutam por igualdade e respeito na região norte do Brasil, onde pesquisas como esta acabam sendo muitas vezes esquecidas no âmbito acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Diferença; Diversidade; Interculturalidade; Formação docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias** / Miguel G.Arroyo. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

COPPETTE, Maria C. **Educação Intercultural e sensibilidade: possibilidades para a docência**. 2012. 593 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FLEIRI, Reinaldo M. Educação Intercultural e movimentos sociais: considerações introdutórias. In: FLEURI, Reinaldo Matias. (Org.). **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: Mover, NUP, 1998; p.09-27.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Escola e enfrentamento à homofobia: pelo reconhecimento da diversidade sexual como fator de melhoria da educação de tod@s**. In: Paula Regina Costa Ribeiro, Raquel Pereira Quadrado (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. 3ª ed. Revisada. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 49-60

LOURO, Guaciara Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade** 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MISSIATTO, Leandro F. **Colonialidade normativa** / Leandro Fonseca Missiatto. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021. 133 p.; 23 cm. – (Ciências sociais).

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. / **Metodologia da Pesquisa.** / Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis. 2. ed. — Curitiba : IESDE Brasil S.A. , 2009. 136 p.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial:** In-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas (pp. 12-42). Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.